

P.
cmr

Relatório de Prestação e Contas de 2019

Centro Social e Paroquial de Santo Estevão



Índice

Anexo.....	6
Introdução.....	6
1. Identificação da Entidade.....	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	6
3. Políticas Contabilísticas.....	8
3.1. Vida útil dos Ativos Fixos.....	8
3.2. Ativos Fixos Tangíveis.....	8
3.3. Existências.....	9
3.4. Instrumentos Financeiros.....	9
3.4.1. Caixa e depósitos bancários.....	9
3.4.2. Créditos a receber.....	10
3.4.3. Créditos a pagar.....	10
3.5. Estado e Outros Entes Públicos.....	10
3.6. Eventos subsequentes.....	10
4. Caixa e Depósitos Bancários.....	11
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6. Rédito.....	12
7. Subsídios, Doações e outros Legados à Exploração.....	12
8. Benefícios dos Empregados.....	13
9. Investimentos Financeiros.....	13
10. Diferimentos.....	14
11. Fundos Patrimoniais.....	14
12. Fornecedores.....	14
13. Estado e outros Entes Públicos.....	15
14. Outras Contas a Pagar.....	15
15. Fornecimentos e Serviços Externos.....	16
16. Outros Rendimentos e Ganhos.....	16
17. Outros Gastos e Perdas.....	17
18. Custo das Matérias Consumidas.....	17
19. Gastos de Depreciação e Amortização.....	18
20. Clientes.....	18
21. Inventários.....	18

22.	Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais.....	18
23.	Acontecimentos após data de Balanço	19




CENTRO SOCIAL PAROQUIAL STO ESTEVÃO

Moeda: EUR

Contribuinte: 502384263

Balanço Contabilístico em 15 de 2019

Rubricas	Notas	2019	2018
A T I V O			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		232 219,89	199 372,86
Investimentos financeiros		1 003,61	640,31
Subtotal		233 223,50	200 013,17
Ativo corrente			
Inventários		3 276,93	1 976,49
Clientes		698,03	98,48
Estado e outros entes públicos		0,00	173,67
Diferimentos		1 718,43	631,62
Outros ativos correntes		1 116,37	1 000,00
Caixa e depósitos bancários		26 405,58	68 109,02
Subtotal		33 215,34	71 989,28
Total do ativo		266 438,84	272 002,45
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito		29 107,52	29 107,52
Resultados transitados		-86 939,18	-72 274,27
Outras variações no capital próprio		95 280,00	95 280,00
Subtotal		37 448,34	52 113,25
Resultado líquido do período		-24 219,19	-14 664,91
Total do capital próprio		13 229,15	37 448,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		60 000,00	60 000,00
Outras dívidas a pagar		180 891,89	162 054,81
Subtotal		240 891,89	222 054,81
Passivo corrente			
Fornecedores		6 919,07	3 482,56
Estado e outros entes públicos		4 465,88	2 402,43
Financiamentos obtidos			
Outros Passivos correntes		932,85	6 614,31
Subtotal		12 317,80	12 499,30
Total do Passivo		253 209,69	234 554,11
Total do capital próprio e do passivo		266 438,84	272 002,45

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência 

O Contabilista Certificado



234782692
Torres Calvário
86396

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL STO ESTEVÃO

Moeda: EUR

Contribuinte: 502384263

Demonstração dos resultados por naturezas em 13 de 2019

(M€)

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados		153 921,53	66 153,00
75		Subsídios à exploração		99 787,73	87 670,81
73		Variação de inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
81		Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-18 590,18	-42 387,23
82		Fornecimentos e serviços externos		-42 792,22	-24 433,81
83		Gastos com pessoal		-182 758,89	-121 190,13
782	85	Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
783	87	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
78		Outros rendimentos		17 149,85	36 382,48
88		Outros gastos		-1 337,18	-13 189,36
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-4 619,14	-11 014,28
781	84	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-17 899,59	-3 513,15
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-22 518,73	-14 527,41
79	89	Gasto de Financiamento (líquidos)		-1 697,92	-137,50
		Resultado antes de impostos		-24 216,65	-14 664,91
812		Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		-24 216,65	-14 664,91

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

234782692

Teresa Calvário

86396



Anexo

Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas normas de contabilidade e relato financeiro.

1. Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Santo Estevão, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Regional da Segurança Social, como Instituição Particular de Solidariedade Social, com o número de identificação fiscal nº 502 384 263, com sede na Avenida 1º de maio nº 24, União das Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo. Tem como objeto social, o apoio social para pessoas idosas sem alojamento. Foi constituída a 05 de novembro de 1990, encontrava-se com duas valências, o Serviço de Apoio Domiciliário e o Centro de Dia, tendo entrado em funcionamento em Julho 2019 uma nova valência.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

No ano de 2019 as demonstrações financeiras do exercício corrente foram elaboradas, em todos os seus aspetos materiais, de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilístico e respetivas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Assim as demonstrações elaboradas foram as seguintes: Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 09 de março e com as respetivas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 02 de junho.

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro possível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. As demonstrações financeiras estão consistentes, quer a nível da



apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Sendo assim desta forma proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram respeitando assim o princípio da periodização económica, satisfazendo as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou recebimento, sendo registados contabilisticamente como regularizações e ajustamentos, e posteriormente relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas da rubrica 2722 – “Devedores e credores por acréscimos de gastos” e rubrica 281 – “Diferimentos”.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, sendo que a materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminadas nas notas deste anexo.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras. Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no Sistema de Normalização Contabilística.



3. Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que se seguem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas neste exercício económico.

As demonstrações financeiras do Centro Social e Paroquial de Santo Estevão, são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação das demonstrações.

3.1. Vida útil dos Ativos Fixos

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para o seu uso, devendo ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação da vida útil dos elementos que compõem o ativo fixo, do método de depreciação/amortização a aplicar, do seu valor residual e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do seu fim de vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa dos sócios, para os ativos e demais negócios em questão.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis afetos à entidade da empresa, quer para fins de distribuição, administrativos ou outros, são registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, assim que os bens estão em condições de ser utilizados no local pretendido e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras Construções	10
Equipamento básico	7 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	5

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista. As mais e menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.3. Existências

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição engloba o respetivo preço de compra adicionado dos gastos suportados direta ou indiretamente para colocar o bem no seu estado atual e no local de armazenagem. As quantidades existentes no final do exercício foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

3.4. Instrumentos Financeiros

3.4.1. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.4.2. Créditos a receber

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal deduzido de quaisquer eventuais perdas por imparidade. Caso estas se verifiquem procede-se ao respetivo ajustamento em resultados.

3.4.3. Créditos a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.5. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – CIRC, estão isentos de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas: “As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”. Pelo que, os rendimentos referidos encontram-se isentos de imposto.

3.6. Eventos subsequentes

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras, não chegaram ao conhecimento da empresa acontecimentos que alterem as condições existentes naquela data.

A data desconhece-se qual o efeito económico que pode estar subjacente ao alastramento do Covid-19, mantendo-se o pressuposto que seja possível controlar a doença sem danos económicos que possam alterar as condições à data do balanço.

P.
Mrs.

4. Caixa e Depósitos Bancários

Os fluxos de caixa, à data de 31 de Dezembro de 2019, apresentavam a seguinte composição:

	2019	2018
Numerário	3 826,27	6 797,93
Depósitos bancários	22 579,31	61 311,09
	<u>26 405,58</u>	<u>68 109,02</u>

Diminui comparativamente a 2019, pelo dispêndio efetuado em novos investimentos.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Assim a 31 de dezembro de 2019 o saldo da conta era o seguinte:

	Edifícios e outras Constr.	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Total
Activos					
Saldo inicial	185 620,78	77 728,07	26 314,13	1 881,36	291 544,34
Aquisições		29 452,37			29 452,37
Saldo final	<u>185 620,78</u>	<u>107 180,44</u>	<u>26 314,13</u>	<u>1 881,36</u>	<u>320 996,71</u>
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	20 927,14	21 970,37	26 314,13	1 665,59	70 877,23
Depreciações do exercício	3 712,42	14 081,44	-	105,73	17 899,59
Saldo final	<u>24 639,56</u>	<u>36 051,81</u>	<u>26 314,13</u>	<u>1 771,32</u>	<u>88 776,82</u>
Activos líquidos	<u>160 981,22</u>	<u>71 128,63</u>	<u>-</u>	<u>110,04</u>	<u>232 219,89</u>

Aumento verificado pelo investimento efetuado na nova valência.

6. Rédito

Para o período de 2019 foram reconhecidos os seguintes réditos:

	2019	2018
Centro de Dia	21 687,00	17 713,25
Serviço Apoio Domiciliário	49 214,58	48 439,75
Subsídios	99 787,73	87 670,81
Serviços Sociais	3 257,28	18 375,78
Protocolos de Cooperação	2 364,77	3 014,18
Donativos	8 183,87	5 159,51
Diversas Atividades (festas)	-	6 107,09
Outros Rendimentos	2 376,23	3 705,90
	186 871,46	190 186,27

Diminui face a 2018, por se ter deixado de prestar serviços de assistência social junto das IPSS, com as quais existe protocolo, pelo facto de este serviço ser prestado pela assistente social de Sto Estevão e a mesma se encontrar de baixa.

7. Subsídios, Doações e outros Legados à Exploração

A 31 de dezembro de 2019 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros entes Públicos”. Os subsídios de outras entidades correspondem a subsídios atribuídos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, na sequência de candidaturas ao programa de “Medidas Emprego – Inserção”.

Estado	2019	2018
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Centro de Dia	16 863,84	20 459,73
Apoio Domiciliário	71 182,18	64 494,52
Total	88 046,02	84 954,25

Outras Entidades		
I.E.F.P.	11 741,71	2 716,56
Total	11 741,71	2 716,56

8. Benefícios dos Empregados

O número médio de funcionários durante o período foi de 22 e 3 CEI – Contrato de Emprego e Inserção (POC). Os gastos que a Entidade suportou foram, nomeadamente, as remunerações, o subsídio de férias, o subsídio de natal, encargos sobre as remunerações, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho. Este fundo caracteriza-se pela sua autonomia, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo mutualista, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e que visa a concretização da garantia conferida pelo regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto.

	2019	2018
Remunerações do pessoal	136 119,68	112 052,67
Encargos sobre remunerações	28 332,37	23 182,22
Indemnizações	29,0	81,7
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	922,37	544,14
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	29,46	18,15
	<u>165 432,88</u>	<u>135 878,91</u>

Em 2019 os salários de Dezembro foram pagos até ao final do mês, em 2018 foram pagos em Janeiro 2019.

9. Investimentos Financeiros

Esta rubrica contém todos os ativos financeiros relacionados com aplicações financeiras, nomeadamente, o Fundo de Compensação do Trabalho. Este é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. Deixou de fazer parte uma aplicação financeira composta por um conjunto de 5.076 ações da Benfica SAD que foram alienadas.

	2019	2018
Fundo de compensação do trabalho	1 003,61	640,31
	<u>1 003,61</u>	<u>640,31</u>

10. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2019 a rubrica “Diferimentos” englobava todos os gastos a reconhecer no exercício seguinte, nomeadamente os gastos suportados com os seguros das viaturas e os seguros de acidentes de trabalho.

	2019	2018
Gastos a reconhecer	2 350,05	631,62
	<u>2 350,05</u>	<u>631,62</u>

11. Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

	2019	2018
Fundos	29 107,52	29 107,52
Resultados Transitados	(86 939,18)	(72 274,27)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	95 280,00	95 280,00
Subtotal	37 448,34	52 113,25
Resultado Líquido do Período	(24 219,19)	(14 686,88)
Total do Fundo de Capital	<u>13 229,15</u>	<u>37 426,37</u>

12. Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” à data de 31 de dezembro de 2019, encontra-se discriminada da seguinte forma:

	2019	2018
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	5 802,70	3 482,56
	<u>5 802,70</u>	<u>3 482,56</u>



13. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e outros Entes Públicos” encontra-se decomposta entre Ativo e Passivo. No ativo está o Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA, nomeadamente 50% do imposto suportado na aquisição de bens e serviços por parte da Entidade. Já no Passivo estão as contribuições para a Segurança Social.

	2019	2018
Ativo		
Imposto s/ o Valor Acrescentado (IVA)	-	173,67
	<u>-</u>	<u>173,67</u>
	<u>-</u>	<u>173,67</u>
	2018	2018
Passivo		
Imposto s/ o rendimento das pessoas singulares	320,28	169,00
Segurança Social	4 145,60	2 233,43
	<u>4 465,88</u>	<u>2 402,43</u>

14. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” regista o saldo resultante dos credores por acréscimo de gastos, nomeadamente, as férias e subsídio de férias dos funcionários da Instituição. De salientar que este aumento deve-se essencialmente ao acréscimo de gastos com o pessoal, nomeadamente o regime da periodização económica, que obriga a reconhecer os acontecimentos e transações no período em que estes ocorram, assim as férias e subsídio de férias sendo reconhecido o direito no ano seguinte, são um gasto do período corrente.

	2019	2018
Remunerações a liquidar	16 620,57	14 651,54
Outros Credores	145 434,24	144 434,24
	<u>162 054,81</u>	<u>159 085,78</u>



15. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” no período de 2019 foi a seguinte:

	2019	2018
Trabalhos especializados	4 335,00	1 551,87
Honorários	2 575,40	1 020,00
Conservação e Reparação	2 803,58	3 665,02
Serviços bancários	304,63	506,50
Ferramentas e utensílios desg.rápido	5 937,67	953,25
Material de escritório	978,80	814,33
Electricidade	4 166,54	4 190,36
Combustíveis	4 758,19	5 473,47
Água	1 940,41	954,17
Deslocações e estadas	475,50	32,30
Pellets	466,75	261,03
Comunicação	713,47	776,70
Seguros	189,52	980,25
Descontos e Abatimentos	-	20,12
Limpeza, higiene e conforto	8 139,10	3 274,68
Contencioso e notariado	612,00	-
Consumíveis dos utentes	4 197,77	-
	<u>42 594,33</u>	<u>24 474,05</u>

16. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” está constituída por todos os rendimentos que a Instituição obteve além dos anteriormente referidos, tais como, a restituição de impostos (IVA suportado na aquisição de bens e serviços), os protocolos de cooperação que mantem com outras Instituições, etc... .

	2019	2018
Serviços Sociais - parceria Ass. Social	675,80	12 800,78
Serviços Sociais - refeições	2 581,48	5 575,00
Protocolos de Cooperação	2 364,77	3 014,18
Descontos obtidos	0,01	25,60
Reembolso Iva	965,15	1 412,74
Donativos	8 183,87	5 159,51
Transporte de Utentes	1 541,10	1 093,65
Serviços Diversos	14,56	325,00
Diversas Atividades	45,00	6 107,09
Consignação IRS	775,57	848,91
	<u>17 147,31</u>	<u>36 362,46</u>



17. Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas”, reflete os gastos suportados, com impostos, quotizações para a União Distrital das Instituições Particulares de Segurança Social, bem como o protocolo estabelecido com a Diretora Técnica.

	2019	2018
Impostos	72,61	99,30
Taxas	1 114,55	489,96
Quotizações	150,00	600,00
Donativos	-	12 000,00
	1 337,16	13 189,26

Em 2018 há donativos efetuado (12 000€), que não se verifica em 2019.

18. Custo das Matérias Consumidas

O custo das matérias consumidas, é calculado tendo por base, as existências iniciais que são as existências finais do período anterior, acrescidas das compras efetuadas no período e deduzindo as existências finais a 31 de dezembro do período em questão. Assim o custo das matérias consumidas encontra-se refletido no seguinte quadro:

	2019			
	Mercadorias	Matérias Primas	Outros	Total
Saldo inicial	-	1 976,49	-	1 976,49
Compras	-	49 890,62	-	49 890,62
Saldo final	-	3 276,93	-	3 276,93
Custo das mat. consumidas	-	48 590,18	-	48 590,18

	2018			
	Mercadorias	Matérias Primas	Outros	Total
Saldo inicial	-	1 214,30	-	1 214,30
Compras	-	43 544,06	-	43 544,06
Saldo final	-	1 976,49	-	1 976,49
Custo das mat. consumidas	-	42 781,87	-	42 781,87



19. Gastos de Depreciação e Amortização

Os gastos de depreciação e amortização no período de 2019, foram os seguintes:

	2019	2018
Edifícios e outras Construções	3 712,42	2 117,14
Equipamento Básico	14 081,44	1 233,38
Equipamento Administrativo	105,73	162,63
Activos Fixos Tangíveis	17 899,59	3 513,15

20. Clientes

A rubrica “Clientes” a 31 de dezembro de 2019 apresentava o seguinte saldo:

	2019	2018
Clientes	234,82	98,48
	234,82	98,48

21. Inventários

Os Inventários foram mensurados pelo método do custo. A 31 de dezembro de 2019, esta rubrica apresentava o seguinte saldo:

	2019	2018
Matéria Prima	2 240,56	1 976,49
	2 240,56	1 976,49

22. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

23. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatores suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção em 06 de Junho 2020.

Vale de Prazeres, 06 de Junho 2020

A Direção



O Contabilista Certificado



234782692
86396